

IGREJA E ESTADO: NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM GUAJARÁ-MIRIM/RO

CHURCH AND STATE: NOTES FOR A HISTORY OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN GUAJARÁ-MIRIM/RO

Xênia de Castro Barbosa 1
Maria Enísia Soares de Souza 2
Robson Fonseca Simões 3
Décio Keher Marques 4

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em discutir sobre os principais elementos que desafiam a consolidação de uma historiografia da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia, a partir de considerações sobre a história dessa modalidade educacional no município de Guajará-Mirim/RO, localizado na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, com ênfase na experiência conduzida pela Igreja Católica. A discussão apresentada neste artigo se orienta pela abordagem qualitativa, com suporte do método bibliográfico-documental, a partir de pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, da Biblioteca Eletrônica Cristiana, de entrevistas semiestruturadas realizadas com lideranças religiosas de Guajará-Mirim e de pesquisa documental junto ao Centro Despertar da Criança e do Adolescente. O conhecimento da história da EPT na Amazônia ainda é parcelar e repleto de lacunas, necessitando de um esforço coletivo e sistemático para ao avanço do conhecimento na área.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Práticas Pedagógicas. Vale do Guaporé.

Abstract: The objective of this article is to discuss the main elements that challenge the consolidation of a historiography of Professional and Technological Education in the Amazon, based on considerations about the history of this educational modality in the municipality of Guajará-Mirim/Rondônia, located on the border between the Brazil and Bolivia. The discussion presented in this article is guided by the qualitative approach, supported by the bibliographic-documental method, based on research in the Catalog of Dissertations and Theses of CAPES, of the Cristiana Electronic Library, of semi-structured interviews carried out with religious leaders from Guajará-Mirim and of documentary research together to the Centro Despertar da Criança e do Adolescente (Awakening Center for Children and Adolescents). The knowledge of this history is still fragmented, requiring a collective and systematic effort to advance knowledge in the area.

Keywords: Vocational Education and Training Program (VET). Pedagogical Practices. Guapore Valley.

Doutora em Geografia pela UFPR. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Calama e do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2736450812832214>.
E-mail: xenia.castro@ifro.edu.br

Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Rondônia. 2
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Guajará-Mirim.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9693260134735590>.
E-mail: enisia.soares@ifro.edu.br

Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com estágio pós-doutoral na Universidade de Alcalá, Espanha. Professor Adjunto do Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação Escolar - UNIR. 3
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2338626886744353>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0046-9549>.
E-mail: robson.simoes@unir.br

Mestre em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia. 4
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Guajará-Mirim. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1186089442014208>.
E-mail: decio.marques@ifro.edu.br

Introdução

A história da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia é ainda uma história a ser escrita. Embora se trate de região de antiga colonização, que sempre ocupou posição estratégica, seja na geopolítica ibérica, durante o período colonial, seja na do Brasil imperial e republicano, as experiências de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foram rarefeitas e inconstantes.

O conhecimento sobre essa história ainda é um desafio, embora importantes avanços tenham sido produzidos por Colares (1998; 2003), Rizzini (2004), Gomes (2007) e Nascimento (2014), Souza (2017), dentre outros, consolidando uma base para as investigações presentes e futuras. E se nem todos abordam de maneira específica a problemática da EPT, é importante considerar que esta foi ofertada de forma difusa, permeada por práticas e discursos diversos, de modo quereconhecê-la, em certos casos, implica em um esforço interpretativo, até porque a formação do campo da EPT no Brasil, propriamente dito, só viria a se consolidar no século XX – estando ainda em transformação, na medida em que novas políticas e institucionalidades são postas em jogo. Nesse sentido, a EPT transparece, na instituição que se pretende analisar, a saber, o Instituto Nossa Senhora do Calvário, como formação da categoria profissional docente e como educação feminina.

Neste artigo, discutiremos sobre os principais elementos que desafiam a consolidação de uma historiografia da EPT na Amazônia, e para contribuir com esta, esboçaremos considerações sobre a história dessa modalidade educacional no município de Guajará-Mirim/RO, localizado na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, com ênfase na experiência conduzida pela Igreja Católica. Nesse processo, buscaremos evidenciar: (1) as relações de aproximação e de distanciamento entre Igreja e Estado, uma vez que ambas as instituições desempenharam papel diretivo na conformação das experiências educacionais impressas naquele território; (2) problematizar as práticas pedagógicas desempenhadas por religiosos empenhados no trabalho educacional.

É consenso que a história da educação brasileira se confunde com a história da educação católica no país (MOURA, 2000), sendo que na Região Amazônica essa sobreposição da Igreja Católica nos processos educativos revela a insuficiente presença do Estado e uma mentalidade que se conjugou, durante séculos, por interesses estritamente econômicos, pautados em uma economia extrativista.

O modelo educacional, implantado na Amazônia pela Igreja, norteou-se pelos princípios da evangelização e pelo objetivo de fortalecimento da cristandade (BRESSANIN; ALMEIDA, 2020), tendo como principais agentes, durante o período colonial, os missionários jesuítas, expulsos do Brasil em 1759.

A expulsão dos jesuítas do Brasil, no bojo das reformas pombalinas iniciadas em 1759, resultou no fechamento de escolas, conventos e seminários até então dirigidos pela ordem fundada por santo Inácio de Loyola. Contudo, no início do século XX, nota-se, na contramão das discussões sobre ensino laico, uma nova onda de influência católica na educação escolar e profissionalizante na Amazônia, dessa vez sobre a esteira do projeto romanizador e do pensamento ultramontano. O Vale do Guaporé, em Rondônia, foi uma das regiões privilegiadas dessas novas ações educativo-catequéticas.

Em face de tal fenômeno, consideramos relevante investigar os fatores que se relacionam a essa retomada da precedência católica na educação ofertada na Amazônia brasileira, tomando como recorte temporal as décadas de 1930 a 1990, e como recorte empírico o município de Guajará-Mirim, localizado no Vale do Guaporé, no atual Estado de Rondônia, na fronteira entre Brasil e Bolívia. Para mais bem compreender essas experiências será necessário, todavia, retomar algumas informações referentes a períodos anteriores da história do Brasil, seja como recurso explicativo, seja como contraponto às experiências católicas contemporâneas.

Materiais e métodos

A pesquisa ora comunicada filia-se aos estudos de história institucional, em especial ao entendimento de Sanfelicie (2007), segundo o qual

[...] a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, isto é, fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, “acomodadas” dialeticamente no seu interior (SANFELICE, 2007, p. 78-79).

Este estudo foi desenvolvido em abordagem qualitativa, com suporte do método da pesquisa bibliográfico-documental. A aquisição de dados foi realizada a partir de pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, da Biblioteca Electrónica Cristiana, de entrevistas semi-estruturadas realizadas com lideranças religiosas de Guajará-Mirim e de pesquisa documental junto ao Centro Despertar da Criança e do Adolescente.

O *corpus* documental deste estudo foi constituído pelos documentos do Concílio Plenário Latinoamericano, entrevistas realizadas, pelo estatuto jurídico e atas do Centro Despertar da Criança e do Adolescente, e por dissertações e teses concernentes ao objeto em análise. Devido ao fechamento de instituições públicas, como museus, arquivos e bibliotecas, por força da pandemia do SARS-CoV-2, prevaleceu, neste estudo, o uso de fontes secundárias. Cabe destacar, todavia que, mesmo que estivéssemos em situação de livre trânsito, o acesso às fontes primárias acerca da história do Instituto Nossa Senhora do Calvário não teria sido fácil, uma vez que, conforme já relatara Souza (2017), essa documentação encontra-se dispersa entre Guajará-Mirim, São Paulo e Gramat, na França, sendo de difícil acesso. Esta dificuldade de acesso à documentação oficial é um dos desafios à produção historiográfica sobre o tema.

Ainda no que se refere ao problema das fontes, informamos que apesar de trabalharmos, em grande medida, com fontes secundárias, o trabalho de crítica hermenêutica foi igualmente necessário. Os dados coletados foram serializados por tipo e data, e fichados, com vistas a facilitar o manuseio das informações. As análises foram procedidas com base em literaturas concernentes ao tema, dentre as quais: Althusser (1996), Moura (2000), Gomes (2007), Bourdieu (1989) e Bourdieu e Passeron (2011). Optou-se, portanto, por uma abordagem crítico-estruturalista na análise dos dados.

Resultados e discussão

A Região Amazônica comporta uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo: de 30 a 50% de toda a flora e fauna existente, 20% da água doce não congelada de todo o planeta no mundo, e mais de um terço das florestas primárias do planeta.

Além dessa diversidade biológica, nela também se nota rica diversidade social, expressa em um mosaico de povos e culturas. Muitos desses povos habitam suas várzeas e terras firmes desde tempos imemoriais, tendo desenvolvido culturas singulares e de elevada complexidade. Outros chegaram à região a partir de processos migratórios mais recentes, matizando a cultura local com novos referentes – muitas vezes violentos e nefastos para as culturas autóctones.

Até a introdução de africanos escravizados no Brasil – o que se deu, a partir do século XVII, a Amazônia funcionou como um grande depósito de mão de obra para o trabalho cativo realizado nas lavouras do nordeste, do sudeste e do sul do país. “Guerras justas” e descimentos foram estratégias sistematicamente utilizadas para a captura e escravização de indígenas para o trabalho nas grandes monoculturas de cana de açúcar, tabaco e outros gêneros tropicais de interesse das metrópoles européias. Outro expediente bastante utilizado à época foi o da catequização, operado por missionários católicos, sobretudo da Companhia de Jesus (Ordem dos Jesuítas).

A edificação de missões religiosas precedia do aldeamento dos indígenas e demandava convertê-los à fé católica e torná-los dóceis ao trabalho. Para alcançar tais finalidades, os missionários operaram uma catequese diuturna e criaram escolas, na quais ensinaram as pri-

meiras letras, os rudimentos da aritmética e das artes sacras, em especial o canto orfeônico e ofícios relacionados à agricultura, pecuária e artesanato.

O foco dos projetos missionários não era o de uma educação profissional, propriamente dita, e nem mesmo de uma educação escolar na concepção que temos hoje, mas sim a educação religiosa, voltada à conversão das almas e à docilização dos corpos (BAETA NEVES, 1978; PAIVA, 1982; COLARES, 2011). Ainda assim, a contribuição desses religiosos - na ausência de iniciativas laicas e estatais-, cumpriu uma função relevante, e por séculos figurou entre as únicas iniciativas pedagógicas não-indígenas que existiram na Amazônia brasileira.

Os primeiros registros dessas iniciativas remontam ainda ao século XVII, sendo que o primeiro colégio instalado na Amazônia de que se tem notícia é o Colégio Jesuíta de Santo Alexandre, construído em 1616 pela Companhia de Jesus, juntamente com a igreja de Santo Alexandre, ao lado do Forte do Castelo.

O referido colégio ofertou ensino primário, secundário e superior, oferecendo aos estudantes de nível primário e secundário o conhecimento das primeiras letras, da matemática, das artes e de ofícios relacionados à carpintaria, agricultura e artesanato. E aos formandos em nível superior ofereceu o título de Bacharel em Artes. Embora se note, nessa experiência educacional, preocupações mais formais com o ensino, e inclusive com o ensino profissionalizante, ainda subsiste o interesse religioso de moldar os comportamentos para a prática cristã, e de formar sacerdotes.

De colonização mais recente, Rondônia só receberia as primeiras instituições escolares na década de 1930, sendo que antes disso as iniciativas educacionais ficavam a cargo das próprias famílias, que contratavam preceptores para ensinar seus filhos, ou que os enviava para estudar em escolas localizadas em outras regiões do país, ou mesmo na Europa. A maioria das famílias, contudo, não possuía condições financeiras para garantir a educação de seus filhos, de modo que a maior parte das crianças e jovens não tinha acesso à educação formal e o analfabetismo ultrapassava a casa dos 80%.

Rondônia teve sua elevação a Estado em 1981, por meio da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro daquele ano. Antes do referido ato legal, era denominada Território Federal de Rondônia, e ainda antes, era denominada Território Federal do Guaporé. Seu território foi formado a partir do desmembramento de terras dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso e, por décadas, contou com apenas três municípios: Porto Velho, Costa Marques e Guajará-Mirim, o primeiro localizado no Vale do rio Madeira, e os outros dois no Vale do rio Guaporé.

Os registros da presença portuguesa onde, atualmente, localiza-se o Estado de Rondônia, remonta ao século XVIII. Em 1728, os missionários jesuítas João Sampaio e Manuel Fernandes fundaram, onde hoje é Porto Velho, uma missão denominada Santo Antônio das Cachoeiras, que perdurou por aproximadamente 14 anos, tendo sido destruída pelos Mura em 1742.

Paralelamente ao povoamento de Santo Antonio do Alto Madeira houve a descoberta de ouro no vale do rio Guaporé, em 1734, pelos irmãos Arthur e Fernando Paes Barros, o que atraiu grande quantidade de pessoas para a região, configurando uma ameaça aos interesses econômicos da Coroa portuguesa. Diante disso, foi criado, em 1748 a Capitania do Mato-Grosso, que abrangia a maior parte das terras que hoje integram o estado de Rondônia (OLIVEIRA, 2000) e, no seguinte, a Coroa portuguesa proibiu a entrada de particulares no vale do Guaporé, como forma de assegurar o monopólio da exploração aurífera.

Além das interdições estatais, cabe destacar que o contato interétnico violento entre indígenas e colonos impediu que as primeiras iniciativas coloniais prosperassem no lugar, a exemplo do que ocorreu com a iniciativa da Companhia de navegação do Maranhão e Grão-Pará que, em 1798, escolheu Santo Antônio do Alto Madeira (atualmente um bairro de Porto Velho), para sediar um dos portos da rota fluvial dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, ligando a cidade de Belém, no Pará, à Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. A referida companhia de navegação construiu em Santo Antonio armazéns, fábrica de canoa, uma casa de ouvidoria e um quartel da guarnição militar (que chegou a ser utilizando durante a Guerra do Paraguai).

Francisco de Souza Coutinho, governador da capitania do Grão-Pará, nomeou para o

cargo de ouvidor o advogado Luiz Pinto de Cerqueira, que migrou de Belém para Santo Antonio acompanhado de comitiva composta de ciganos degredados, e de homens e mulheres provenientes de Lisboa, que lhe auxiliariam na colonização, porém, mais uma vez a hostilidade dos indígenas – justificável pela necessidade de defesa de seu território e de sua própria vida, e o progressivo êxodo da população migrante –, resultou no abandono do lugar.

A falta de segurança foi um dos fatores decisivos para que Luiz Pinto de Cerqueira e seu séquito abandonassem Santo Antonio, pois quando da Guerra do Paraguai, a guarnição militar estabelecida no entorno do chamado Porto dos Militares foi deslocada para o Rio Paraguai, deixando os colonos desguarnecidos.

A presença de colonos nos territórios que hoje forma o Estado de Rondônia voltou a ganhar destaque a partir de 1776, em função da descoberta de ouro em Cuiabá. Os portugueses, temendo que espanhóis pudessem contrabandear o minério via rio Guaporé, intensificaram a presença militar nesse rio e edificaram o Real Forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques. A construção, iniciada em 1776 e, inaugurada em 1783, é uma das mais importantes obras da engenharia militar portuguesa no Brasil.

Em decorrência da construção do Real Forte Príncipe da Beira formaram-se dois povoados: Costa Marques, hoje um município, que manteve o mesmo nome e em torno do qual há duas importantes comunidades quilombolas, remanescentes do trabalho de construção do Forte (feito por escravizados) e de fugas das fazendas e minas do Mato Grosso; e Espiridião Marques – hoje Guajará-Mirim.

A documentação a que acessamos sobre essas experiências coloniais das terras onde atualmente se situa o Estado de Rondônia não permitiu confirmar se alguma escola fora criada, entretanto, estima-se que ambos tiveram a intenção de fazê-lo: os jesuítas, por ser o trabalho educacional uma das marcas de sua identidade missioneira, e o ouvidor, por trazer famílias lisboenses e amazônicas, com a intenção de estabelecê-las.

Na interpretação de Gomes (2007), as primeiras iniciativas educacionais formais de Rondônia só começariam a acontecer na década de 1930, sendo as mais antigas em Guajará-Mirim (na época chamada de Espiridião Marques) e Porto Velho.

Em relação a Espiridião Marques, não se sabe ao certo a data de sua ocupação por não-indígenas, e embora se acredite que já figurasse como porto para os navios que iam para Costa Marques, com materiais para serem empregados na construção do Forte, os relatos mais consistentes são do início do século XX e vinculam aquele distrito à produção e comércio do látex. Até 1928 Espiridião Marques permaneceu como distrito do município de Santo Antonio do Alto Madeira e, só então foi desmembrado e elevado à categoria de município, com o nome de Guajará-Mirim.

Esse município localiza-se na fronteira com a Bolívia e se conecta ao país limítrofe pelo Rio Mamoré, tendo *Guayaramerin*, na Bolívia, como cidade gêmea. Atualmente, ambas as cidades são marcadas por forte migração pendular e intercâmbio cultural (SILVA, DINIZ, 2019; ESTÊVÃO, BARBOSA, 2021). O desenvolvimento do município de Guajará-Mirim, conforme Théry (1976), deve-se muito à atuação da Igreja Católica.

De maneira especial, destacam-se as ações educativas do bispo Dom Francisco Xavier Rey, que supriam a lacuna deixada pela negligência estatal em ofertar educação pública às comunidades guaporeanas. Seu projeto educacional, como era de se esperar em relação à mentalidade eclesial da época, se revestia de objetivos catequéticos, mesclando-se de ideais civilizatórios e humanitários. O trabalho missionário de Dom Rey ganhou relevo a partir da criação da prelazia de Guajará-Mirim, instituída pela Santa Sé no dia 1.º de março de 1929, por meio da bula *Animarum Cura*, emitida pelo Papa Pio XI, que delegou a Dom Rey a missão de catequizar as comunidades tradicionais do Guaporé (indígenas, quilombolas, seringueiros e cidadãos).

Situa-se o referido trabalho no marco da política de romanização da Igreja Católica, política esta ganhou nova força a partir do Concílio Vaticano I (1869) e do Concílio Plenário Latino-Americano (1899), que se balizou pelo envio de padres e freiras europeias à América Latina, com vistas a ampliar a presença da Igreja e a conversão dos povos deste continente por meio da educação. Não se trata, portanto, de ações e pensamentos teológicos propriamente latino

americanos, como os que viriam a se consolidar na década de 1970, com a Teologia da Libertação, mas de uma concepção europeia e eclesial de evangelização e educação, que reconhece a situação de vulnerabilidade e abandono que essas populações vivenciam e se coloca como signo de transformação social.

Entretantes, é preciso ter claro que essa atuação da Igreja não vai se dar em oposição ao Estado, mas de forma alinhada a ele, diferentemente do que ocorrera durante os anos finais do Império, em que a questão religiosa e a romanização foram colocadas como elementos de intensificação da crise que culminou com a Proclamação da República do Brasil e a separação entre Estado e Igreja. A esse respeito é relevante considerar que durante as décadas de 1920 e 1930 houve

[...] uma expansão de medidas políticas voltadas à assistência aos pobres, na forma de caridade e/ou filantropia. Direta ou indiretamente, essas políticas agiram em favor da união de interesses entre o Estado brasileiro e a Igreja católica, o que significou para esta última, um acréscimo em número de instituições e no prestígio que angariou para o desenvolvimento da assistência nos moldes cristãos (GONÇALVES, 2011, p. 318).

Nota-se, nesse período, um movimento de aproximação entre Igreja e Estado republicano e acomodação das tensões que marcaram a relação entre as duas instituições ao final do governo imperial. Progressivamente, a tônica anticlerical dos discursos políticos cede espaço para os de colaboração, permitindo que iniciativas laicas e eclesiais possam conviver em relativa harmonia, uma subsidiando a outra. É o que ocorreu durante os primeiros anos do governo Vargas, em que a Igreja e suas organizações puderam usufruir, legal e financeiramente, de benefícios direcionados ao desenvolvimento de seus projetos pastorais e administrativos, e que o governo pode ter tanto a alta hierarquia eclesial, como as massas de fiéis como aliados, favorecendo sua política populista.

Assim, se por um lado há um movimento de expansão da Sé romana, por outro, há um acolhimento pelo Estado na década de 1930, que se posicionou como um dos financiadores de seus projetos, sobretudo por meio da Caixa de Subvenções, mecanismo criado pelo Decreto 20.351 de 31/08/1931 e consolidou a aliança entre Estado e catolicismo (GONÇALVES, 2011).

A compreensão desse fenômeno ganha novas luzes quando se transcende a escala local e nacional para considerar os processos que ocorriam na Europa à mesma época. Se, no Brasil havia os desafios da jovem república, que precisou se aliar à Igreja, assim como ao capital e ao trabalho para se estabilizar, na Europa experimentava-se intenso processo anticlerical, uma vez que as repúblicas lá localizadas assumiam de modo radical uma filosofia civil e anticlerical.

Naquele contexto, congregações religiosas foram fechadas e escolas e hospitais por elas mantidas passaram para o controle estatal, ficando as freiras e frades impedidos de atuar nas funções docentes e de cuidado à saúde caso não aceitassem ser incorporados à vida civil. No caso das Irmãs Calvarianas, foi exigido que abandonassem o hábito, se quisessem continuar na profissão de professoras, e às escolas foram impostos nova gestão e novo currículo. O que estava em questão, portanto, era a legitimidade do poder da Igreja como mãe e mestra, educadora da infância e da juventude. Uma ameaça ao entendimento estabelecido a partir do Concílio Plenário Latino-Americano de 1899 (KLAUCK, 2013).

Diante desse cenário persecutório, a Igreja envia religiosos e religiosas da França e de outros países europeus à América Latina e à África. É nesse contexto que chegaram a Guajará-Mirim as Irmãs Calvarianas, que dariam início ao trabalho missionário e educativo, sob a coordenação do então Monsenhor Francisco Xavier Elias Pedro Paulo Rey – futuro primeiro bispo de Guajará-Mirim.

Visando ao êxito no trabalho missionário, Dom Rey aprendeu oito idiomas indígenas e criou 29 escolas, tendo vivido uma vida franciscana no meio do povo, com desvelado zelo em favor dos mais necessitados. Capitaneando recursos da Igreja na Europa e do Governo Federal, Dom Rey foi o responsável pela primeira experiência de educação escolar e profissional massiva do vale do Guaporé, tendo recebido, nas suas escolas, meninas e moças indígenas,

quilombolas e caboclas que, de outro modo, dificilmente teriam acesso à escolarização e à profissionalização.

Não obstante a valorização que atribuímos à educação, e em especial a educação de meninas e mulheres – tradicionalmente alijadas desses processos ou limitadas a uma educação pragmática, voltada ao trabalho doméstico e à reprodução da ordem social, a iniciativa católica deve ser vista por lentes críticas.

Se, de relance, já é possível depreender a violência simbólica do projeto: um poder arbitrário que impõe, inculca novos valores e desestabiliza as bases da cultura tradicional – indígena, cabocla, afrodescendente – amazônica – de outro, a documentação sugere também o emprego da violência física – ao menos no que se refere à coação.

Estima-se que meninas e moças foram levadas à força para o colégio interno, e ao que a documentação sugere, a segurança do barco precisou ser redobrada para evitar que algumas das alunas pudessem se jogar ao rio – preferindo a fuga, ou a morte a ir ao internato.

Como combinado, Dom Rey começou a receber meninas de Vila Bela da Santíssima Trindade, Tatumã, Pedras Negras, Rolim de Moura e demais lugares da margem do rio Guaporé. O batelão que as transportava era um barco preparado pelas autoridades de Guajará-Mirim especialmente para essa finalidade, e, além do transporte, fornecia mantimentos doados pelos familiares (arroz, feijão e farinha), pois o internato encontrava-se no início de seu funcionamento. O barco era todo fechado, receando-se que algumas delas tivessem problema de sonambulismo (GOMES, 2007).

Um barco todo fechado não deixa de ser uma espécie de prisão, e a existência de “sonambulismo” é menos provável que o desejo de fuga, já que eram meninas acostumadas a uma vida mais livre e com menos regras, nos seringais e ribeiras dos rios Guaporé e Mamoré. Pode-se imaginar, portanto, que o ingresso em uma instituição total (GOFFMAN, 1974), como o Internato Nossa Senhora do Calvário, despertasse sentimentos de medo e insegurança nas crianças e adolescentes que para lá eram levadas.

Em acréscimo, o empenho estatal em fornecer o transporte e alimentação para as meninas (arroz, feijão e farinha), e de zelar para que nenhuma se perdesse na travessia (confinando-as ao batelão), sugere o valor atribuído a elas. Eram recursos humanos valiosos, úteis à reprodução da nova ordem e do progresso almejado – afinal, se formariam professoras e contribuiriam para a formação de outras pessoas e o desenvolvimento do lugar.

Para alcançar os objetivos religiosos e políticos, a formação ofertada pelo INSC não poderia, contudo, ser pautada na violência física. Desse modo, o tipo de poder que a instituição irá exercer será de tipo simbólico – o mais eficiente que há. Este, conforme Bourdieu, pode ser definido como o poder de

[...] constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDEU, 1989, p. 14).

A vida no internato é ação pedagógica e, como toda ação pedagógica é violência simbólica, pois “as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação)” (BOURDIEU; PASSERON, 2011, p. 27).

Por outro ângulo, a experiência pode ser lida também como ato comprometido com a educação de meninas e mulheres que, até então, viviam alijadas do direito à educação. Na época, ainda não era comum as classes mistas, e os poucos estabelecimentos educacionais que havia, a julgar pelo perfil dos cursos, destinava-se ao público masculino.

Por iniciativa da Prelazia de Guajará-Mirim, foi criado o Colégio Santa Teresinha, em

1933, e transformado em Instituto Nossa Senhora do Calvário em 1935. O Instituto Nossa Senhora do Calvário (INSC) funcionou até 1976, sendo que nos primeiros anos funcionou como internato exclusivo para estudantes do gênero feminino e, posteriormente, passou a funcionar também em regime de externato, acolhendo também indivíduos do gênero masculino, embora em classes separadas. Nessa época, até mesmo o horário do recreio era separado, para evitar o encontro entre moças e rapazes e eventuais namoros.

Nos anos iniciais do INSC, quando funcionava como internato de meninas e moças, o público-alvo era constituído de meninas de 7 a 14 anos, moradoras do Vale do Guaporé. Em geral, meninas órfãs e pobres, que não pagavam mensalidade. Quando a instituição se abriu ao regime de externato foram incorporadas à escola estudantes de famílias mais abastadas, que contribuíam financeiramente com a manutenção da instituição.

Para entender melhor o significado do Internato Nossa Senhora do Calvário, é relevante considerar o contexto político de sua criação, ou seja, o início do governo de Getúlio Vargas, que se apresentou, na terceira década posterior à instauração da República, como um governo empenhado em modernizar as bases produtivas do Brasil.

Naquele contexto, houve uma redefinição do papel do Estado a fim de adaptar-se a uma nova ordem social, na qual a acumulação do capital passou do setor agrícola para o setor industrial (IANNI, 2004). Essa transição de uma economia agrária para outra urbano-industrial precisaria ocorrer, contudo, de forma gradual, seja para não romper em definitivo com a elite agrária-exportadora, que poderia tornar inviável o governo de Vargas, seja porque não havia infraestrutura urbana capaz de absorver as novas demandas da vida da própria urbe e dos migrantes provenientes das zonas rurais.

O campo e a agricultura continuam sendo importantes e há grandes debates em favor da educação rural, contudo, “a cidade assumiu a posição de paradigma dos modelos culturais sociais” (ALMEIDA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 136), a tal ponto que:

[...] as mudanças econômicas e sociais promoveram transfigurações identitárias, portanto, afirmaram-se as identidades urbanas, uma vez que a cidade se tornou o ícone da modernidade. Nesse contexto, o meio rural foi associado às ideias de atraso, de ausência de desenvolvimento e de ignorância (ALMEIDA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 136).

As intervenções pedagógicas que nele ocorreriam, portanto, guiar-se-iam por intencionalidades de superação de seus déficits – sobretudo os de higiene, de atenção à infância e conhecimento técnico capaz e aumentar a produção. Ademais, era preciso preparar a população do campo para o exercício de ofícios urbanos, para que não se tornassem um problema social quando migrassem para as cidades em ascensão. Assim, conforme Aksenén e Miguel (2015), a educação aparece nesse contexto como forma de ajuste aos novos modelos econômicos e sociais brasileiros. Seu papel é de reprodução da ordem social.

Nesse sentido, o que temos com o Internato Nossa Senhora do Calvário é um trio poderoso: Igreja-Família-Estado exercendo “papel decisivo na reprodução das relações de produção (ALTHUSSER, 1996, p. 123). Esse papel é exercido por meio da “inculcação cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2011), que se expressa por meio da força simbólica. Esta, por sua vez, em se tratando de instância pedagógica, como é o caso em tela, define-se por seu peso na estrutura das relações de força e das relações simbólicas que se instauram entre as instâncias, exercendo uma ação de violência simbólica, estrutura que exprime por sua vez as relações de força entre os grupos constituintes da formação social considerada (BOURDIEU; PASSERON, 2011.). Ainda segundo os autores:

É pela mediação desse efeito de dominação da AP (Ação Pedagógica) dominante que as diferentes AP que se exercem nos diferentes grupos ou classes colaboram objetivamente e indiretamente na dominação das classes dominantes (inculcação pelas AP dominadas de conhecimentos ou de maneiras, dos quais a AP dominante define o valor sobre o

mercado econômico ou simbólico) (BOURDIEU; PASSERON, 2011, p. 28-29).

Para compreender essa ação pedagógica é pertinente um olhar sobre o currículo. Até 1935, o ensino ofertado foi de nível primário, as meninas eram alfabetizadas em língua portuguesa e estudavam Matemática, História, Geografia, Ciências, Canto orfeônico, Culinária, Bordados, além de boas maneiras e religião. Desse modo, o Internato Nossa Senhora do Calvário ocupava-se da educação primária e da educação religiosa.

Com base no currículo ofertado, depreende-se que o papel social, desempenhado pela instituição escolar em análise, contribuía para o atendimento das expectativas sociais em relação ao gênero feminino. O que se ensinava a elas era um saber social e moral alinhado aos interesses de uma sociedade patriarcal, pois conforme Perrot (2007, p. 93):

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para os papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-las.

A partir de 1935, contudo, o INSC passou a ofertar também o curso Normal Rural, para a formação de professoras e embora, a partir desse momento, o currículo tenha sido incrementado com novos componentes técnico-científicos, como didática e psicologia da educação, ainda persistia uma representação social de gênero que relacionava a mulher à função da maternagem. Desse modo, a função pública do magistério harmonizou-se com as expectativas de gênero, já que a atividade docente era vista como atividade de cuidado, vigilância e educação – atividades tradicionalmente femininas.

O curso Normal Rural do INSC foi o primeiro curso de perfil profissionalizante existente no Território Federal do Guaporé – anterior mesmo ao ofertado no Instituto Carmela Dutra e no Colégio Maria Auxiliadora, em Porto Velho.

O currículo ensinado às normalistas era um currículo híbrido: técnico-científico, religioso e moral. Elas estudavam Francês, Latim, Piano, Didática, Psicologia da educação, Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Datilografia, noções de higiene e de puericultura. As atividades escolares mesclavam-se às atividades religiosas, filantrópicas e culturais, conduzidas pelas Irmãs Calvarianas – francesas convidadas para apoiar o trabalho missionário e educativo de Dom Rey.

Paulo Cordeiro Saldanha, egresso do INSC, quando esta já acolhia meninos e rapazes, e fundador da Academia Guajaramirense de Letras, relata em tom nostálgico:

Ali as moças aprendiam de tudo, inclusive a caminhar sem fazer barulho; como portar-se numa mesa e como sentar-se de forma adequada e elegante; lá ensinavam práticas de bordados, desenho, pintura e música. As conversas eram mantidas em tom suave, sendo proibido gritar. Lembro-me que a Professora Carmem Carvalho, formada no Colégio de minhas saudades, uma vez por mês, fazia os garotos mostrar os ouvidos e as unhas visando a alertar para a higiene pessoal, tão necessária quanto saudável. O termo ecologia não era conhecido, mas éramos proibidos de jogar papéis no chão (SALDANHA, 2010, p. 1).

Percebe-se, com base no relato do escritor Paulo Cordeiro Saldanha, uma adesão, e mais que isso, um elogio às práticas pedagógicas desempenhadas pelo INSC, evidenciando, portanto, que a instituição logrou êxito na produtividade específica do trabalho pedagógico, produtividade esta que, conforme Bourdieu e Passeron (2011), refere-se ao grau com que o trabalho pedagógico consegue convencer os destinatários do arbitrário cultural que ele foi chamado a reproduzir, “mede-se pelo grau em que *ohabitus* que ele produz é transferível, isto é, capaz de engendrar práticas conformes aos princípios do arbitrário inculcado num maior número de campos diferentes” (BOURDIEU; PASSERON, 2011, p. 55).

Prosseguindo sua narrativa, **Paulo Cordeiro Saldanha** nos dá informações valiosas sobre a educação ofertada e as relações sociais que a instituição escolar ensejava:

Meninos e meninas participavam das quermesses, de peças teatrais e do canto orfeônico. Não me esqueci de uma peça em que a irmã Ruth, uma paulista, escreveu demonstrando a saga de Dom Rey, na catequese de brancos e dos índios. Fui, como outros alunos, caracterizado como indígena nessa peça teatral. Conhecemos os aplausos e os incentivos de uma exigente platéia.

Meninos e Meninas apreendiam, de cor e salteado, os quatro hinos oficiais brasileiros: Nacional, Independência, Bandeira e o da Proclamação da República. E ai daquele que desafinasse!

Havia a classe para as meninas e a classe para os meninos. O recreio era em horário diverso. Mas os flertes aconteciam, apesar da severa vigilância das freiras. Um dia o Embaixador da França visitou Guajará-Mirim. Homenageamos aquela autoridade diplomática cantando para ele La Marseillaise (A Marselhesa, em português), que acabou comovido. Pronúncia impecável. Até hoje ainda recordo de trechos do hino francês (SALDANHA, 2010, p. 1).

Nota-se, desse modo, que o trabalho pedagógico se estendia para além da sala aula, envolvendo-se em espaços sociais, religiosos e políticos. Outro ponto digno de menção é o caráter nacionalista da instituição, percebido no relato pelo ensino dos hinos oficiais. Mas não só deles, pois dado serem as professoras, em sua maioria francesas, estima-se que os estudantes também aprendessem elementos importantes da cultura francesa, além do Hino Nacional daquele país, com o qual homenagearam a autoridade francesa em visita.

O ponto de maior destaque da educação ofertada pelo INSC era, contudo, a formação de professoras. Esta formação visava responder à demanda concreta de alfabetização da população do Vale do Guaporé e construir uma cultura de disciplina e obediência, necessária aos processos produtivos industriais implantados na região, como os relacionados à indústria ferroviária e à indústria da borracha, assim como aperfeiçoar a produção agrícola, a partir de conhecimentos técnicos e científicos ensinados pelas jovens professoras, além de assegurar o predomínio do catolicismo. A esse respeito, vale lembrar o que disseram Bourdieu e Passeron sobre as práticas pedagógicas:

[...] devido ao fato de que elas correspondam aos interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de força essas AP (Ações Pedagógicas) tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social (BOURDIEU; PASSERON, 2011, p. 32).

As ações pedagógicas do INSC foram exercidas com rigor pelas Irmãs Calvarianas de 1935 a 1976, sob a coordenação de Dom Xavier Rey. Após 1976, com multiplicação de escolas estaduais e municipais pelos diversos municípios do vale do Guaporé, a instituição encerrou suas atividades educacionais e passou a funcionar como mosteiro: o Mosteiro de Nossa Senhora dos Seringueiros. O edifício foi cedido para as monjas da Ordem Beneditina e continua ativo, recebendo religiosas de diversos municípios do Brasil e, eventualmente, de outros países.

A ação educacional da Igreja Católica, em Guajará-Mirim, não se encerrou, contudo, com o encerramento das atividades escolares do Instituto Nossa Senhora do Calvário. Apenas assumiu novas formas. Uma das expressões contemporâneas desse trabalho pedagógico é o Centro Despertar da Criança e do Adolescente, uma sociedade civil, de fins filantrópicos e de caráter beneficente, educativo, cultural e de assistência social, criado em 1991, sob a liderança

e coordenação da Diocese de Guajará-Mirim.

O “Centro Despertar”, como é conhecido, funciona como unidade pedagógica com variados espaços de aprendizagem profissional, como marcenaria, oficina mecânica, ateliê, cozinha e salas de aula. Dentre o público atendido pela instituição constam indígenas, imigrantes e adolescentes e jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade socioeconmica.

De acordo com a religiosa e coordenadora, Aparecida de Fátima Garcia, a iniciativa de criação dessa unidade educacional foi do Padre JoFont, juntamente com Dom Geraldo Verdier, na época bispo diocesano e a Pastoral da Juventude. O contexto de criação do Centro Despertar da Criança e do Adolescente, no início da década de 1990, era de degradação da qualidade de vida no município de Guajará-Mirim, aumento da violência urbana e do trfico de drogas. Naquele período, muitos adolescentes e jovens foram forçados a aderir a grupos violentos (ganguês), que praticavam brigas, assaltos e furtos e consumiam ou comercializava drogas provenientes de Guayaramerim, na Bolívia. Esses jovens, segundo a Irmã Aparecida de Fátima Garcia, não tinham perspectivas de vida e causavam muitos danos à sociedade.

No início de seu funcionamento, a instituição atendia exclusivamente jovens do sexo masculino envolvidos com drogas e gangues. A eles eram oferecidos cursos como de mecânica de motocicleta, marcenaria, serigrafia e datilografia. Progressivamente, chegou-se ao entendimento de que era necessário fazer um trabalho preventivo com as crianças e adolescentes, com vista a evitar seu envolvimento com ilícitos, assim, o Centro Despertar começou a oferecer aulas de reforço escolar, cursos de artesanato e fabricação de brinquedos, e atividades recreativas a crianças e adolescentes. Ato contínuo, a instituição passou a receber estudantes do sexo feminino, interessadas nos cursos de culinária, artesanato e datilografia. Em relação a essa mudança de paradigma, Wilian Orcesi, padre diocesano de Guajará-Mirim, informa-nos que:

No primeiro momento a sua finalidade era recuperar os jovens dependentes químicos, a partir de atividades religiosas e também com cursos de qualificação, como datilografia, serigrafia e marcenaria. Porém funcionou por poucos anos, onde hoje é o seminário Menor São Maximiliano Maria Kolbe. Posteriormente houve uma mudança radical, cujo público-alvo seria as crianças, adolescente e jovens, de famílias de baixa renda, como trabalho preventivo para não entrar no mundo as drogas e da violência. Foi neste tempo que foram transferidos para o bairro Próspero, em 1993 (Wilian Orcesi, 2021. Entrevista concedida a Décio Keher Marques).

O catálogo de cursos da instituição é composto por mecânica de motocicletas, marcenaria, panificação, confeitaria, artesanatos (artesanato em madeira, pintura em tecido, croch e bordados). Todos esses cursos são bastante atrativos para a sociedade local, e os cursos de panificação e confeitaria, além de contribrem para a formação de profissionais na área cumprem relevante função social, a saber, a de contribuir com a segurança alimentar e a alimentação de populações de baixa renda do município de Guajará-Mirim. Os pães, bolos e biscoitos produzidos são consumidos pelos alunos e seus familiares e também distribuídos entre pessoas necessitadas.

Os artesanatos produzidos são apresentados em feiras e exposições e comercializados na cidade de Guajará-Mirim, e a aprendizagem profissional nas áreas de marcenaria e mecânica de moto constitui possibilidades de emprego e renda na região. Os cursos ministrados são complementares  formação escolar, ofertada na rede regular de ensino, mas também são atendidos jovens e adultos sem vínculo escolar ou acadmico. Embora a instituição registre em seu estatuto jurídico o perfil ecumnico, prevalece a perspectiva católica nas ações, contudo, esta se mostra bem mais sutil do a que havia na época do Instituto Nossa Senhora do Calvário, o que indica as próprias mudanças do tempo e da Igreja.

Se na década de 1930, conforme a experiência analisada, a presença da Igreja mesclava-se aos do Estado em um ímpeto de catequização e controle social, a partir de instituições imponentes e trabalho pedagógico reiterado, cotidiano e totalizante (inclusive em regime de internato), voltado, em certa medida,  reprodução da ordem social estabelecida, agora vemos a mesma Igreja operar em outra lógica. Trata-se de uma Igreja militante, empenhada na defesa da vida dos povos amazônicos, de seus rios e florestas. Uma Igreja em conflito com o capital, com o latifúndio e com a marginalização social, como diria Beozzo (2018), em referência ao documento produzido por Dom Casaldlida, na década de 1970.

Atualmente, o Centro Despertar da Criança e do Adolescente é dirigido por Dom Benedito Araújo, Bispo diocesano de Guajará-Mirim e tem como coordenadora pedagógica a Irmã Aparecida de Fátima Garcia, pertencente à Congregação das Irmãs de São Carlos de Lyon.

A manutenção do prédio e das atividades educacionais é feita com recursos da Diocese de Guajará *Lettre d'Amazonie*, pela Congregação das Irmãs de São Carlos de Lyon, e de projetos e entidades parceiras, tais como: Receita Federal, Fórum Municipal, Ministério Público do Trabalho e Emprego e recursos provenientes de penas pecuniárias.

O Centro Despertar da Criança e do Adolescente não é uma continuação do Instituto Nossa Senhora do Calvário. Trata-se de nova institucionalidade, com novo propósito, desenvolvida em um contexto bem mais complexo do que o de criação do INSC. Atesta, contudo, a continuidade da presença católica e a relevância de seu trabalho social, o que é notável em um cenário de crescimento das denominações evangélicas e da chamada teologia da prosperidade.

Considerações Finais

A dificuldade de acesso documental é um dos principais desafios para a consolidação de uma historiografia sobre a EPT na Amazônia. Essa dificuldade resulta de falhas no processo de arquivamento, de apropriações privadas de documentos de interesse público, e da dispersão desses documentos por instituições diversas, laicas e religiosas, dentro e fora do Brasil, como pudemos constatar com a pesquisa aqui relatada.

O acesso a essa documentação, bem como a valorização da memória e da oralidade das pessoas que vivenciaram tais experiências deve ser o primeiro passo de um esforço coletivo, coordenado por historiadores, com vistas à construção desse conhecimento, que deve ser, necessariamente, crítico dos processos sociais engendrados sobre a Amazônia.

No recorte apresentado, pudemos constatar que a história da Educação Profissional e Tecnológica em Guajará-Mirim é anterior à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e tem como marco o Instituto Nossa Senhora do Calvário, um centro de formação profissional docente, primordialmente voltado à educação de meninas e moças do Vale do Guaporé - uma das regiões privilegiadas das ações educativo-catequéticas, conduzidas pela Igreja Católica sob a orientação de missionários e freiras francesas.

O Instituto Nossa Senhora do Calvário representou uma relevante contribuição da Igreja Católica na educação escolar e na formação de professoras, contribuição esta que foi fundamental para levar educação gratuita a populações tradicionais, desassistidas pelo Estado. Tal projeto educacional se deu, contudo, como imposição de arbítrios culturais preconizados pela doutrina católica.

Atualmente, embora o Estado tenha maior presença no Vale do Guaporé e controle a maior parte dos processos educacionais, a Igreja Católica continua sendo uma instituição importante no que se refere à oferta de EPT - agora com novas formas pedagógicas, por meio do Centro Despertar da Criança e do Adolescente. Este Centro se configura como sociedade civil, filantrópica e de caráter beneficente, educativo, cultural e de assistência social, que oferece cursos profissionalizantes a indígenas, imigrantes e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Paralelamente ao trabalho educativo e religioso, vemos que essa mesma Igreja expressa, atualmente, uma postura crítica e combativa do grande capital. Uma postura de defesa da vida dos povos e comunidades tradicionais e do meio ambiente amazônico. Ela permanece como importante agente regulador das relações sociais na Amazônia.

Referências

AKSENEN; Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A educação rural à luz da legislação brasileira: 1927 a 1971. *Revista Diálogo Educação*, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 703-722, set./dez. 2015.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; GRAZZIOTIN, Luciane S. A escola primária rural, de Ruth Ivoty Torres da Silva. In: MESQUITA, I; CARVALHO, R. A. (org). *Clássicos da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. v. 3

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (Notas para uma investigação). In: ADORNO, Theodor W. *et al.* **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAETANEVES, Luis Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

BEOZZO, José Oscar. Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social: Dom Pedro Casaldáliga – Bispo-prelado de São Félix do Araguaia, MT. In: RODRIGUES, Cândido; JOANONI NETO, Vitale (org.). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá: EDUFMT, 2018.

BRESSANIN, Cezar Evangelista Fernandes; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. Educação e missão em espaços da Amazônia: experiências da congregação das irmãs dominicanas de monteils. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.15, p. 67-83, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 20.351 de 31 de agosto de 1931**. Rio de Janeiro: 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20351-31-agosto-1931-508403-norma-pe.html> Acesso em: 30 mai. 2021.

COLARES, Anselmo Alencar. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. 2003. 186 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9505>. Acesso em: 12 maio 2021.

COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e educação em Santarém - PA: estudo do período em que o município foi de segurança nacional (1969/1984)**. 1998. 207 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9236>. Acesso em: 12 mai. 2021.

COLARES, Anselmo Alencar. História da Educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, out. 2011.

ESTÊVÃO, Fernanda Léia Batista Souza; BARBOSA, Xênia de Castro. “Wari’: identidade e diferença na composição da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Rondônia”. **Educação Profissional em Revista**.v. 5, p. 99-123, 2021.

GOMES, Pascoal de Aguiar. **A Educação Escolar no Território Federal do Guaporé (1943-1956)**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado) -Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, , Cuiabá, 2007.

GONÇALVES, Marcos. Caridade, abre as asas sobre nós: política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p.317-336, jan./jun. 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2. ed. de 1989. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IGREJA CATÓLICA. **Concílio Plenário Latino Americano**. 2006. Disponível em: www.multimedios.org. Acesso em: 10mai. 2021.

KLAUCK, Samuel. "A Igreja e a Educação a Partir do Concílio Plenário Latino Americano de 1899". **UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 15-21, jan. 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

NASCIMENTO, Sílvio Melo. **A escola de Dom Xavier Rey: história da formação de professoras no Vale do Guaporé**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**. São Paulo: Cortez, 1982.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto. A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

SALDANHA, Paulo Cordeiro. **Crônicas guajaramirenses: o colégio Nossa Senhora do Calvário**. Disponível em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/paulo-saldanha/cronicas-guajaramirenses-o-colegio-nossa-senhora-do-calvario> Acesso em 09 mai. 2021.

SANFELICE, JoséLuis. "História das Instituições Escolares". In: NASCIMENTO, M. I. M. *et.al* (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores associados, 2007.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira; DINIZ, Alexandre Magno Alves. "Estereótipos transfronteiriços: olhares entrecruzados de bolivianos e brasileiros das cidades-gêmeas de Guajará-mirim (Bra) e Guayaramerín (Bol)". **Geografia em Questão**, v.12, n. 2, p. 176-203, 2019.

SOUZA, Cleicinéia Oliveira de. **Entre o evangelho e o ensino rural: educação feminina no Instituto Nossa Senhora do Calvário (vale do Guaporé/Guajará-Mirim MT/RO 1933-1976)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

THÉRY, Hervé. **Rondônia: mutações de um Território Federal na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Paris, Paris, 1976.

Recebido em 05 de julho de 2021.

Aceito em 28 de julho de 2021.